



Universidade de Brasília - UnB
Faculdade de Educação
Curso de Especialização em
Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça

ALINE GONÇALVES DA SILVA

**PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA COMO FATOR DE EMPODERAMENTO DE RAÇA
E INCENTIVO À EDUCAÇÃO DOS ALUNOS DA ESCOLA ESTADUAL
TEMÍSTOCLES ROCHA, MUNICÍPIO DE PARACATU-MG**

Brasília – DF

2014

ALINE GONÇALVES DA SILVA

PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA COMO FATOR DE EMPODERAMENTO DE RAÇA
E INCENTIVO À EDUCAÇÃO DOS ALUNOS DA ESCOLA ESTADUAL
TEMÍSTOCLES ROCHA, MUNICÍPIO DE PARACATU-MG

Monografia apresentada a Universidade de Brasília (UnB) como
requisito para obtenção do grau de Especialista em Gestão de Políticas
Públicas em Gênero e Raça.

Professor Orientador: Prof. Dr.

Rodrigo Duarte Fernandes dos Passos

Brasília – DF

2014

Silva, Aline Gonçalves da.

Programa Bolsa Família como fator de empoderamento de Raça e incentivo à educação dos alunos da Escola Estadual Temístocles Rocha, município de Paracatu-MG / Aline Gonçalves da Silva. - Brasília, 2014. 39 f.:II.

Monografia (especialização) – Universidade de Brasília, Departamento de Educação - EaD, 2014.

Orientador: Rodrigo Duarte Fernandes dos Passos

1. Programa Bolsa Família. 2. Escola e Aprendizagem. 3. Raça

ALINE GONÇALVES DA SILVA

PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA COMO FATOR DE EMPODERAMENTO DE RAÇA
E INCENTIVO À EDUCAÇÃO DOS ALUNOS DA ESCOLA ESTADUAL
TEMÍSTOCLES ROCHA, MUNICÍPIO DE PARACATU-MG

A Comissão Examinadora, abaixo identificada, aprova o Trabalho de Conclusão
do Curso de Especialização em Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça
da aluna

ALINE GONÇALVES DA SILVA

Prof. Dr.

Rodrigo Duarte Fernandes dos Passos

Titulação, Nome
completo,

Professor-Examinador

Brasília, 15 de junho de 2014

Este trabalho é dedicado a todas as pessoas que lutam direta e/ou indiretamente por igualdade e justiça social.

AGRADECIMENTOS

À Diretora da Escola Estadual Temístocles Rocha, aos professores, alunos e demais profissionais que responderam aos questionários prontamente, a equipe da Superintendência Regional de Ensino de Paracatu pelo suporte necessário e ao meu Orientador Rodrigo Passos, pois o apoio de todos foi imprescindível para a realização desta Monografia.

RESUMO

O presente trabalho discorre sobre o poder propulsor do Programa Bolsa Família em minimizar a situação de extrema pobreza e vulnerabilidade social na qual viviam os seus beneficiários e sobre o impacto dessa política pública na aprendizagem dos alunos através da análise dos resultados das Avaliações Sistemáticas (Prova Brasil e SIMAVE- Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública). O Programa Bolsa Família visa assegurar a entrada e garantir a permanência de crianças e adolescentes na Instituição Pública de Ensino para que possam através da educação reverter a situação de reprodução social de extrema pobreza, exclusão social, preconceito, racismo e subalternidade.

Palavras-chave:

Programa Bolsa Família – Educação – Avaliação Sistemática

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMNB – Articulação de Mulheres Negras Brasileiras
CRFB – Constituição da República Federativa do Brasil
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
INAF – Indicador de Alfabetização Funcional
MDS – Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MEC – Ministério da Educação
MG – Minas Gerais
ONG- Organização não Governamental
PAAE – Programa de Avaliação da Aprendizagem Escolar
PIB – Produto Interno Bruto
PISA – Programa Internacional de Avaliação de Alunos
PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PROALFA – Programa de Avaliação da Alfabetização
PROEB – Programa de Avaliação da Educação Básica
SIMADE – Sistema de Administração Escolar
SIMAVE – Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1.1.CONTEXTUALIZAÇÃO.....	14
1.2. FORMULAÇÃO DO PROBLEMA.....	17
1.3.OBJETIVO GERAL.....	17
1.4.OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	17
1.5. JUSTIFICATIVA.....	18
2. REFERENCIAL TEÓRICO	20
3. MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA.....	22
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	23
4.1 POLÍTICA PÚBLICA PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: UMA AÇÃO NECESSÁRIA VERSUS INTERSECCIONALIDADE DE RAÇA.....	23
4.2. ESCOLA: REPRODUÇÃO SOCIAL?.....	26
4.3. PERFIL DOS ALUNOS BENEFICIADOS PELO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA DA ESCOLA ESTADUAL TEMÍSTOCLES ROCHA-PARACATU/MG.....	28
4.4. PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA COMO FATOR DE MELHORAMENTO DA APRENDIZAGEM.....	29
5. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES.....	34

INTRODUÇÃO

Conforme o Art. 5º da Constituição da República Federativa Brasileira¹ (CRFB/88), “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”. Assim sendo, todos nascem e vivem com os mesmos direitos e obrigações perante o Estado. Vale lembrar que essa igualdade é subjetiva, nem todos pertencem a mesma raça, classe social, gênero, partido político e religião. Poucos têm a possibilidade de pertencerem a classe social alta, alguns possuem deficiências físicas e intelectuais, que de certa forma, impedem o avanço social e acadêmico e a grande maioria trabalha em mais de um emprego para conseguir o kit básico de sobrevivência. Isso representa algumas das inúmeras barreiras existentes que impedem o desenvolvimento do homem e da mulher como cidadãos de direito.

Conviver com o diferente, ser diferente, é normal. Contudo, o ser humano, apesar de ver, conhecer, conviver e ser diferente estranha a diversidade. O diferente é mal visto e não é reconhecido como cidadão de direitos. Segundo GOULART, (1995, P. 17), “ A primeira e mais difícil tarefa de quem se propõe a escrever um texto sobre um campo científico jovem e já marcado por uma complexa história é delimitar o que vem a ser este campo”. O campo em Gestão de Políticas Públicas em Raça é rico e bastante complexo. O tema não se esgota em si mesmo. A Democracia vigora, ora Representativa, ora Participativa e, sobretudo, nem tanto uma nem tanto outra, pois o eleitor ainda está em formação. Para tanto, são necessários alguns requisitos indispensáveis para a construção de um eleitor mais consciente, tais como: escolaridade atrelada ao conhecimento, espírito questionador e crítico, capacidade discursiva, distribuição de renda igualitária e justa, lazer, saúde e emprego. Isso tudo é possível com a implementação de boas Políticas Públicas capazes de atender essa demanda.

Assim sendo, observa-se que as políticas públicas surgem com o objetivo de corrigir as desigualdades existentes, as quais vitimizam um determinado grupo de pessoas definidas pelo seu contexto histórico. Portanto, as políticas afirmativas visam sanar tal problemática,

1

Acesse a íntegra da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm

fornecendo o suporte necessário, ou seja, vantagens competitivas para extinguir a desigualdade e promover a justiça social. Significa a promoção de um tratamento diferenciado, cujo objetivo é a equidade entre os grupos. (BERNARDINO, 2002, P. 256-257).

Contudo, ressalta-se a importância de se atentar quanto ao poder da imprensa, uma vez que o poder midiático é muito forte e muitas vezes atende aos interesses dos grupos econômicos poderosos, apresentando os fatos de forma distorcida, fazendo com que o povo seja mais enganado do que informado, inclusive em relação às políticas públicas. (DALLARI, 1984, P.41).

FREIRE, (1968, P. 34), nos lembra que a educação precisa ser libertadora para propiciar aos seres humanos a possibilidade de construir a sua cidadania e não encarcerá-los nos rótulos e preconceitos. Dessa forma, sente-se a necessidade de implementar uma política pública capaz de suprir as lacunas existentes e trabalhar na base, fomentando uma educação de qualidade e de significado. Portanto, o termo formadora deve estar associado a um cidadão construtor de sua cidadania, com direitos e deveres e não a um arremedo de “gente” preconceituosa e de visão limitada de mundo. A sociedade é excludente, evada de rótulos e discrimina negativamente tudo que é diferente, como a situação vivenciada pelos negros. A raça e a cor são mais importantes do que a essência do ser. Nessa perspectiva é necessária uma transformação da sociedade que se dará através de uma escola crítica, reflexiva, inclusiva, libertadora e democrática, onde os alunos aprendam a respeitar e conviver com a diversidade de forma a agregar valores sociais e éticos. A importância da Inclusão no ambiente escolar é visível, uma vez que alunos, professores, comunidade escolar e a sociedade como um todo enriquecem ao conviver com as desigualdades geradas por causa das questões de raça. A educação possui a função de transformar a sociedade, pois uma das formas de ascender-se profissionalmente, financeiramente, culturalmente, enfim, em todos os sentidos é através da educação formal. O que se aprende, repercute em todos os setores e não se esgota nunca a capacidade de aprender e agir no seu meio. Os desafios são inúmeros, o que fazer, o como e o quando são interrogações que permeiam esse assunto. A discriminação racial e a segregação andam de mãos dadas e a passos largos. Sabe-se que a inclusão é pautada na concepção de direitos humanos conjugando igualdade e diferença como valores indissociáveis. A partir do momento em que você considera a importância de todo ser humano possuir e usufruir de direitos iguais, você reconhece que o homem e a mulher são

iguais em direitos e deveres e que a raça não deve ser requisito para selecionar, excluir ou incluir a pessoa, pois antes de ser mulher/ homem, de ter a sua orientação sexual e pertencer a uma raça, esse ser humano é gente, é pessoa, é vida. Isso nos mostra que o respeito a essas diferenças é primordial para qualquer grupo, município, estado, país. A desigualdade precisa ser vista para ser reconhecida, portanto a visibilidade é mais do que necessária porque é essencial para romper barreiras.

Assim sendo, FREIRE, (2004, P.41, destaques do autor) valoriza na educação o reconhecimento e a assunção de uma identidade cultural,

Uma das tarefas mais importantes da prática educativo-crítica é propiciar as condições em que os educandos em suas relações uns com os outros e todos com o professor ou a professora ensaiam a experiência profunda de assumir-se. Assumir-se como ser social e histórico, como ser pensante, comunicante, transformador, criador, realizador de sonhos, capaz de ter raiva capaz de amar. *Assumir-se como sujeito capaz se reconhecer-se como objeto.* A assunção de nós mesmos não significa a exclusão dos outros. É a outredade do não eu, ou do tu, que me faz assumir a radicalidade de meu eu.

Mas como ter acesso a esse lugar libertador, uma vez que o fator racial é forte e excludente, onde negros adentram a instituição Escolar sentindo-se inferiores? A assunção de si próprio, de suas diferenças e desigualdades é necessária. Cabe a Instituição Escolar o papel de promover nos alunos o orgulho e a dignidade de assumir a sua diferença, principalmente, quando essa foi introduzida em detrimento de sua humanidade. (MUNANGA, 2005, P.15).

O Programa Bolsa Família² é um programa de transferência direta de renda que beneficia famílias em situação de extrema pobreza em todo o país. Integra o Plano Brasil Sem Miséria, que tem como foco de atuação os 16 milhões de brasileiros com renda familiar per capita inferior a R\$ 70,00 a R\$ 140,00 mensais e está baseado na garantia de renda, inclusão produtiva e no acesso aos serviços públicos. Possui três eixos principais: a transferência de renda promove o alívio imediato da pobreza; as condicionalidades reforçam o acesso a direitos sociais básicos nas áreas de educação, saúde e assistência social; e as ações e programas complementares objetivam o desenvolvimento das famílias, de modo que os beneficiários consigam superar a situação de vulnerabilidade. Observa-se que o público alvo dessa política pública encontra-se em vulnerabilidade social,

² Dados extraídos do sítio eletrônico do Ministério do Desenvolvimento Social Combate à Fome. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/bolsa-familia/beneficios/beneficiario/beneficio-valor>>. Acesso em: 24 mai. 2014, 08:33:00.

e possui baixa escolaridade. Conforme os dados do IBGE³, a população preta/afrodescendente engrossa essa lista, o que é comprovado estatisticamente, pois a grande maioria dos cidadãos que está em situação de risco social/ os mais pobres são os negros e afrodescendentes. Logo, subtende-se, mesmo que superficialmente, que nessa política pública há uma interseccionalidade⁴ em relação à raça.

O Brasil é um país habitado por uma população de 191 milhões de habitantes, sendo que a população negra soma 97 milhões de pessoas e, pela primeira vez, no ano de 2010, é maioria no Brasil. As mulheres negras somam 49 milhões do total de brasileiras e estão entre os contingentes de maior pobreza e indigência do país. Possuem uma menor escolaridade, com uma taxa de analfabetismo três vezes maior que as mulheres brancas, além de uma menor expectativa de vida. São trabalhadoras informais sem acesso à previdência, residentes em ambientes insalubres e responsáveis pelo cuidado e sustento do grupo familiar.

Portanto, vale ressaltar que o conceito de raça é uma construção social, iniciada no século XVI. Por isso, é importante que a população e o próprio negro conheça e compreenda à sua história, a qual antecede a escravidão no Brasil. O Programa Bolsa Família pode ajudar nessa compreensão histórica, uma vez que garante a permanência de seus beneficiários na Escola. Contudo, essa Instituição deverá promover momentos de aprendizagem, na qual todos os alunos possam reconhecer a presença e contribuição do negro na construção da nação brasileira.

³ Dados extraídos do sítio eletrônico do IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística referentes ao ano de 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/>. Acesso em; 14 mar. 2014, 07:30:45.

⁴

Interseccionalidade – encontro entre dois pontos, duas linhas que se cortam ou se cruzam. Kimberle Crenshaw, professora de direito da Universidade da Califórnia e da Universidade de Colúmbia, desenvolve o conceito de interseccionalidade entre desigualdades de gênero e raça, visando incluir questões raciais nos debates de gênero e vice-versa. Além dessas desigualdades podem se acoplar outras desigualdades, como de classe, de geração, de orientação sexual, de territorialidade. É na interseção, cruzamento e coexistência das discriminações, que as desigualdades se potencializam. Segundo a autora, esta ação “resulta num conjunto indivisível de perversidades e violações de direitos, fruto da interatividade entre eles” (Cf. Werneck, Jurema. Inclusão Racial e de gênero: desafio ou pressuposto da política pública? ABONG, 1ª Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial. Cadernos Abong, nº 34: 17, São Paulo, maio de 2005).

1.1. CONTEXTUALIZAÇÃO

Para combater a injustiça social e promover a igualdade de Gênero e Raça é necessário criar e implementar uma política pública eficiente e capaz de mudar a situação excludente. CASTRO, (2008, P. 4), nos lembra que:

Se o debate sobre identidades veio enriquecer o conhecimento/ativismo acerca dos diversos sistemas de desigualdades/iniqüidades sociais, por outro lado, há o risco de uma pós apreensão pós moderna de tais sistemas,—por raça/etnicidade, gênero e geração, por exemplo— por enfoques parcializados, reformistas e fragmentados, ou seja, apostando-se em políticas de identidade, deixando de lado a riqueza das identidades na política. O desafio maior é como ao mesmo tempo, combater uma e todas as injustiças sociais, combinando, portanto políticas focalizadas e universais; fazendo o nexo entre distintos movimentos sociais e não perder a perspectiva político-crítica sobre a sociedade estruturada em classes sociais

As discussões, debates e movimentos sociais promoveram a visibilidade e por sua vez o reconhecimento das desigualdades raciais. Tais desigualdades foram por muitos anos ignoradas, contudo, a partir da participação social e do ativismo surgiram algumas políticas públicas, entre elas o Programa Bolsa Família. Contudo, vale observar que os debates são importantes, entretanto não devem causar fragmentações com enfoques parcializados e minimizar as especificidades de raça.

A Instituição Escolar onde será desenvolvida a pesquisa está localizada em Paracatu-MG. Paracatu é uma pequena cidade mineira. Conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Censo Demográfico⁵ do ano 2010, a população de Paracatu-MG é composta por 42.470 homens e 42.248 mulheres e representa 0,41% da população do estado de Minas Gerais. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) leva em consideração expectativa de vida, educação e PIB (PPC) per capita. Assim, o seu IDH é de 0.744. Em relação à educação, em 2010, havia 13.751 matrículas no ensino fundamental e 4.339 no ensino médio e o total da população alfabetizada era de 71.933.

As informações sobre a Escola Estadual Temístocles Rocha, bem como o número de alunos beneficiados pelo Programa Bolsa Família, os resultados das avaliações internas e externas, IDEB e proficiências foram obtidas no sítio eletrônico do SIMADE⁶. A Estadual

⁵ Dados extraídos do sítio eletrônico do IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística referentes ao Censo Demográfico, ano de 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em: 14 mar.2014, 07:30:45.

⁶ SIMADE - Sistema Mineiro de Administração Escolar – é um sistema utilizado em diversas escolas da rede estadual de ensino, o seu acesso é restrito aos Diretores das Escolas Estaduais e aos Analistas das Superintendências Regionais de Ensino. Dados extraídos do sítio eletrônico do SIMADE. Disponível em:<www.gestao.caedufjf.net/sistemas-de-gestao/simade>. Acesso em: 05 mai. 2014, 23:00:55.

Temístocles Rocha está localizada na Avenida Olegário Maciel/nº 95, região central da cidade. No entanto, atende alunos da zona periférica e rural de Paracatu. Oferece o Ensino Fundamental (1º ao 9º ano). Possui 561 alunos, sendo que 37,4% de sua clientela participa do Programa Bolsa Família. Tem 11,2% de sua clientela participando do Projeto Educação em Tempo Integral. O Projeto Educação em Tempo Integral é uma política pública da educação mineira, cujo objetivo é ampliar as oportunidades educacionais dos alunos do ensino fundamental visando à formação de novas habilidades e conhecimentos pela expansão do período de permanência diária nas atividades promovidas pela escola, inclusive, por meio de parcerias. Ressalta-se ainda que essa Escola possui o Atendimento Educacional Especializado (Sala de Recursos e Professor de Apoio), cuja finalidade é atender alunos com Necessidades Educacionais Especiais.

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica/IDEB dessa escola aferido pela Avaliação Nacional Prova Brasil aplicada em 2011, em uma escala de 0 a 10 pontos, a sua pontuação é 5.4 pontos. Pode-se inferir que, apesar de não ser uma nota alta, é uma representação efetiva de um trabalho eficiente da Escola, uma vez que essa pontuação ficou próxima do resultado geral de Minas Gerais que foi 6.0 pontos, a qual colocou as escolas mineiras como as melhores do país. Contudo, vale dizer que mesmo participando de uma Avaliação Sistemática a nível nacional, Minas Gerais possui um sistema próprio de avaliação denominado Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública (SIMAVE) e é por meio desse trabalho que a Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais consegue identificar necessidades, problemas e demandas do sistema e das escolas, auxiliando no planejamento de ações em diferentes níveis e momentos que objetivam a melhoria da educação pública da rede estadual (ensino fundamental e médio). O Sistema de Avaliação do Estado de Minas Gerais é hoje um dos mais consolidados do país, tornando-se referência para outros estados brasileiros e até mesmo para outros países, que constantemente enviam seus técnicos para estudar os instrumentos, metodologia e logística do SIMAVE. O SIMAVE atua em duas modalidades, complementares e integradas: a primeira é a avaliação interna da escola, por meio do Programa de Avaliação da Aprendizagem Escolar – PAAE. A segunda modalidade é a avaliação externa do sistema de ensino, através do Programa de Avaliação da Alfabetização - PROALFA e o Programa de Avaliação da Rede Pública de Educação Básica - PROEB. O Programa de Avaliação da Alfabetização verifica os níveis de alfabetização alcançados pelos alunos dos anos iniciais do Ensino Fundamental da rede pública, sendo censitária no 3º ano.

Os resultados dessa avaliação são usados para embasar as intervenções necessárias no processo de alfabetização/letramentos dos alunos.

O Programa de Avaliação da Rede Pública de Educação Básica – PROEB – tem por objetivo avaliar as escolas da rede pública, no que concerne às habilidades e competências desenvolvidas em Língua Portuguesa e Matemática. Não se trata de avaliar individualmente o aluno, o professor ou o especialista. O PROEB avalia alunos que se encontram no 5º ano e 9º ano do Ensino Fundamental e 3º ano do Ensino Médio.

Segundo MÉNDEZ, (2002,P. 14):

No âmbito educativo, a avaliação deve ser entendida como atividade crítica de aprendizagem, porque se assume que a avaliação é aprendizagem no sentido de que por meio dela adquirimos conhecimento . O professor aprende para conhecer e para melhorar a prática docente em sua complexidade, bem como para colaborar na aprendizagem do aluno, conhecendo as dificuldades que deve superar, o modo de resolvê-las e as estratégias que coloca em funcionamento. O aluno aprende a partir da própria avaliação e da correção, da informação contrastada que o professor oferece-lhe, que será sempre crítica e argumentada, mas nunca desqualificadora, nem punitiva.

Como bem falado a avaliação é uma prática contínua e rotineira da escola, pois possibilita ao professor questionar e rever a sua prática, mensurando o seu trabalho ao retomar objetivos, propor metas e rever metodologia. Através da avaliação de aprendizagem, o professor traça o diagnóstico de sua turma e assim desenvolve o seu trabalho de forma mais planejada, ao mesmo tempo em que se autoavalia. Nesse sentido, pontua-se o recorte raça e a importância da educação de qualidade para a superação da pobreza e eliminação do preconceito racial.

Baseando-se que as Avaliações Sistêmicas norteiam as políticas públicas concernentes à educação pública, serão analisados os resultados da Prova Brasil, bem como os do SIMAVE (PROALFA e PROEB). Tais resultados são usados para verificar o nível de aprendizagem dos alunos refletidos nas avaliações. Ressalta-se que essa análise faz-se necessária por causa do contingente de alunos participantes do Programa Bolsa Família (37,4%) e que a educação de qualidade é a porta de entrada para uma vida com menos desigualdade.

1.2. FORMULAÇÃO DO PROBLEMA

Tendo em vista a contextualização questiona-se a pertinência do Programa Bolsa Família para a educação, bem como o seu impacto na aprendizagem dos alunos, observando o recorte Raça.

1.3. OBJETIVO GERAL

- Identificar o impacto do Programa Bolsa Família em relação ao ingresso, permanência e aprendizagem na Escola Estadual Temístocles Rocha, Paracatu/MG.

1.4.OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Levantar o número de alunos da Escola Estadual Temístocles Rocha que são beneficiários do Programa Bolsa Família;
- Discriminar a raça dos alunos do Projeto Educação em Tempo Integral dos alunos beneficiários do Programa Bolsa Família;
- Investigar se os alunos pertencentes ao Programa Bolsa Família têm além do aumento da frequência às aulas a respectiva aprendizagem atestada nas avaliações internas e sistêmicas.

1.5. JUSTIFICATIVA

Analisar uma Política Pública não é uma ação fácil. É uma tarefa árdua e minuciosa, pois a medida que se avança nas pesquisas o leque de questionamentos multiplica-se, a problemática não é mais apenas uma, são dezenas e você precisa ser um bom selecionador para melhor escolher o seu campo de pesquisa e não se perder dentro dele. Exige estudo sistemático, espírito crítico e humildade para compreender que o tema não se esgota em si mesmo e que a sua pesquisa é apenas uma introdução para algo mais amplo que talvez mais adiante seja aprofundado por você ou por outrem.

Nesse sentido, situar-se no tempo e no espaço é ação necessária. Século XXI, ano 2014. Enfoque Raça: Faz 126 anos que o povo negro conseguiu a sonhada liberdade neste país, que usou de sua força física, escravizando-o e tratando-o como um animal irracional. A escravidão deixou marcas que resistem após 126 anos.

Descortina-nos uma missão quase impossível a de vivenciar o que não foi vivido e, sobretudo, o que era visto como normalidade. Como afirma SEGATO, (1998, P. 26), colocar-se no lugar do outro é muito difícil, pois exige colocar em evidência as nossas próprias necessidades e confrontá-los com as dos outros. Diante disso, é necessário repensar o que o negro quer e precisa e o que ele é. Vale também questionar se a escola está colaborando para esse redescobrimento e como acontece esse trabalho.

Discorreremos um pouco sobre o negro no Brasil e a Abolição da Escravatura e o que temos é a confirmação de que a luta do povo negro iniciou-se antes da fundação do Brasil e que todo progresso realizado, principalmente, na vida da mulher negra se dá devido à luta incessante das mesmas nas últimas décadas. A contribuição delas é inegável para a mudança desse quadro desigual, inclusive, na luta pelo fim e desmascaramento do mito da democracia racial ainda reinante no Brasil do século XXI. Tal movimentação está crescendo e envolvendo outros setores da sociedade civil organizada.

Para MUNANGA, (2005, P. 16), o negro não deve sentir-se inferiorizado, pois essa vitimização o desempodera. Sabe-se que até pouco tempo, os negros eram apresentados nos livros didáticos em uma condição humilhante e pouco humana, o que de certa forma, refletia negativamente no processo de aprender desse aluno, o que justificava o alto índice de evasão escolar e repetência.

A perspectiva de igualdade remete ao sonho de Martin Luther King⁷, onde a raça e cor da pele não sejam fatores de desigualdade e violência. A meta atual é a minimização dos fatores de desigualdade racial. O Programa Bolsa Família colabora para isso, pois ao cobrar do Governo e dos responsáveis pelos alunos a frequência escolar incentiva a melhoria da aprendizagem e aquisição e ampliação do conhecimento cognitivo de seu alunado.

A escravidão foi um fato que repercutiu sensivelmente na vida do povo negro. É necessário estudar os embasamentos legais que rezam sobre raça e refletir. Mais que reflexão é preciso colocar em prática os seus fundamentos.

Ao ler o título desta pesquisa: “Programa Bolsa Família como fator de empoderamento de Raça e incentivo à educação dos alunos da Escola Estadual Temístocles Rocha, município de Paracatu”. A pergunta que se faz é: por que analisar o Programa Bolsa Família? Em que sentido há o empoderamento de Raça e como acontece o incentivo à educação dos alunos dessa escola?

Vale lembrar que esse Programa tem amplitude nacional. Foi escolhido porque é um Programa que diretamente e/ou indiretamente abarca o fator Raça. Em relação à aprendizagem, sabe-se que quanto maior o nível de escolaridade, melhor o salário e por consequência será mais rápida a saída da margem da sociedade. Essas hipóteses serão confirmados ou refutados no decorrer da pesquisa.

Ao refletir sobre o Programa Bolsa é interessante fazer a relação entre sociedade, governo e conceituar Escola. Quem ganha o quê e de que forma essa política pública abrange o recorte raça. O que é a escola? Lugar comum onde acontece a aprendizagem ou uma mera reprodução social, onde as pessoas são ensinadas a ocupar um lugar no mundo já determinado previamente? Se consideramos a escola como um espelho, ela será pontuada como um reflexo da sociedade, sendo assim cabe à população reivindicar seus direitos sociais. Segundo APPLE, (1999, P.83), o ser humano está acostumado a enxergar a escola como um espelho da sociedade. Logo, se a sociedade é excludente e preconceituosa, a escola também será, especialmente, no que concerne ao seu currículo oculto. Dessa forma ela pode manter o estado de hegemonia⁸ da sociedade, ratificando situações de desigualdade.

⁷ Martin Luther King Jr. --(Atlanta, 15 de janeiro de 1929 — Memphis, 4 de abril de 1968) foi um pastor protestante e ativista político estadunidense. Tornou-se um dos mais importantes líderes do movimento dos direitos civis dos negros nos Estados Unidos, e no mundo, com uma campanha de não violência e de amor ao próximo. Martin Luther King Jr. profere o seu famoso discurso "Eu tenho um sonho" em agosto de 1963 frente ao Memorial Lincoln em Washington, durante a chamada "marcha pelo emprego e pela liberdade".

⁸ Hegemonia cultural é um conceito que indica uma preponderância de uma cultura em relação a outras. Não significa que essa cultura é superior a todas as outras, mas que é seguida pela maioria e tem um impacto sobre

A escola é um local de poder transformador da sociedade, implicitamente, é o local de implementação de política pública mais ativo, pois significa trabalhar na base colaborando na construção da cidadania dos alunos existentes naquele lugar.

Cabe a política pública Programa Bolsa Família corrigir as desigualdades socioeconômicas procedentes de exclusão e discriminação racial ratificada por séculos. Por isso, é também uma política afirmativa que busca tratar diferencialmente os desiguais para que possam ascender-se socialmente. Ressalta-se que esse tratamento diferenciado deve ser temporário e não definitivo. BERNARDINO, (2002, P. 256-257).

O mito da democracia racial é danoso, pois é altamente racista, uma vez que esconde as especificidades da raça. A questão negra deve ser vista, reconhecida e discutida, porque o que não se vê é inexistente. Esse mito foi incutido em nossos ancestrais e repassado para as gerações futuras. No que tange ao ambiente escolar, o grande desafio é inventar estratégias educativas e pedagógicas de combate ao racismo. Essa política pública garante a frequência dos alunos, contudo não sugere um trabalho específico de combate a discriminação racial para que o aluno possa sair da margem da sociedade, alterar a situação de vitimização social, miséria e analfabetismo. MUNANGA, (2005, P. 17).

Faz-se necessário a articulação da política pública Programa Bolsa Família com a escola, de forma, a enfatizar a melhoria da educação como passaporte para uma vida mais digna, incluindo assim o recorte raça de maneira explícita envolvendo um trabalho mais efetivo na educação, na saúde e na assistência social.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Ouve-se muito falar que o comportamento preconceituoso só existe na cabeça de pessoas ignorantes, ou seja, basta fazer faculdade e esse comportamento desaparece. Esquecem que o racismo faz parte da cultura humana e muitos acham natural legitimá-lo e justificar a dominação de uns sobre os outros. Quando se justifica o preconceito através da ignorância, coloca-se o peso nos indivíduos e tira a responsabilidade da sociedade, como se nos países com educação mais desenvolvida o racismo fosse uma raridade. O grande desafio da escola é mostrar aos alunos que não existe raça superior nem inferior, pois a moral cristã que diz que todos são iguais é insuficiente para os alunos deixarem de ser preconceituosos. O educador deve trabalhar na perspectiva racional, compreendendo que o embasamento legal, os dogmas

outras culturas, causando muitas vezes modificações nelas. É o exemplo da cultura americana, que influenciou de forma muito forte a cultura ocidental.

religiosos e os processos formativos e informativos não modificam por si o imaginário das pessoas nem as representações coletivas negativas que se tem do negro na nossa sociedade. Em parte, essas representações estão situadas no inconsciente coletivo e são passadas de geração a geração.

Sendo assim, observa-se que a medida que a população participa socialmente e compreende a situação histórica e real da população da raça negra os seus problemas, anseios e necessidades entram nas pautas das agendas políticas com o objetivo de fazer justiça social e promover a igualdade. Isso só acontece por causa da visibilidade e reconhecimento que esses grupos adquiriram. Contudo, o recorte raça deve ser considerado para a implementação de políticas públicas, uma vez que a raça negra possui características específicas que nem sempre são abarcadas nesse contexto, inclusive, quando se tem uma política pública voltada à classe.

Sabe-se que uma cultura não se muda do dia para a noite, principalmente se a mesma é eivada de preconceitos. No entanto, temos um local onde esse processo de mudança pode acontecer mais rapidamente. Esse local transformador é a Escola, no entanto esse local precisa ser inclusivo e propiciar o desenvolvimento de seres humanos críticos com capacidade de questionar e argumentar e, sobretudo, conhecer a sua história para poder transformar o seu futuro.

CASTRO, (2008, P. 5), ressalta a necessidade de se ensinar nas escolas a história dos afrodescendentes, as histórias de resistência, a luta por liberdade e as contribuições político-culturais dos povos negros. Ou seja, uma educação integral e inclusiva não apenas combate formas racistas, excludentes e preconceituosas, ou se tocaia em tolerâncias, mas investe em aprender, interagir, dialogar com os outros, enriquecendo o conceito de identidade para além das diferenças e ultrapassar as barreiras da desigualdade. O movimento negro compreende que é importante conhecer a sua história e por isso está resgatando a cultura africana no Brasil. O desafio da escola é muito grande, pois cabe a mesma não ratificar situações de exclusão, anulando a identidade de sua clientela.

3. MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA

DEMO, (1996, P.34), insere a pesquisa como atividade cotidiana considerando-a como uma atitude, um “questionamento sistemático crítico e criativo, mais a intervenção competente na realidade, ou o diálogo crítico permanente com a realidade em sentido teórico e prático”.

Baseando-se nisso, a pesquisa a ser realizada será qualitativa. Quanto à pesquisa qualitativa, SILVA, (2005, P. 4) considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa. Não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave. É descritiva. Os pesquisadores tendem a analisar seus dados indutivamente. O processo e seu significado são os focos principais de abordagem.

Assim sendo, observa-se que a política pública Programa Bolsa Escola é um programa abrangente, que possui o recorte gênero bastante delineado, contudo nota-se apenas superficialmente a questão de Raça. Com o objetivo de aprofundar nesse tema, será adotada a pesquisa qualitativa e os procedimentos técnicos a serem utilizados serão: pesquisa bibliográfica e leitura para conhecimento do tema, definição do espaço de pesquisa e delimitação do público alvo, levantamento de dados através de pesquisa de campo e coleta de dados.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa foi desenvolvida na Escola Estadual Temístocles Rocha, Paracatu-MG. Foram analisados os resultados da Avaliação Sistemática Nacional Prova Brasil, bem como a Avaliação Sistemática Estadual SIMAVE/ PROALFA e PROEB. Foram levantadas hipóteses e questionamentos ao longo da pesquisa. Inicialmente, discorre-se sobre a pertinência do tema Política Pública Bolsa Família: Uma ação necessária versus interseccionalidade de Raça. Em seguida, provoca questionamentos e reflexões sobre a Escola como reprodução social e o perfil dos alunos beneficiados pelo Programa Bolsa Família da Escola Estadual Temístocles Rocha/Paracatu-MG e finalmente analisa os resultados das avaliações sistêmicas investigando o nível de aprendizagem dos alunos.

4.1.POLÍTICA PÚBLICA PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: UMA AÇÃO NECESSÁRIA VERSUS INTERSECCIONALIDADE DE RAÇA

Uma Política Pública surge devido à necessidade de suprir uma falta e essa lacuna precisa ser vista pelo Governo, portanto a minoria tem de ser vista para ser reconhecida e considerada para implementação de ações afirmativas que visam fazer justiça e promover igualdade aos que vivem à margem da sociedade, ou seja, sem visibilidade, sem reconhecimento. Portanto, uma política pública nasce com Participação, Visibilidade, Reconhecimento e Justiça Social.

A questão da desigualdade racial no Brasil é alarmante. A sociedade brasileira tem fortes razões para se preocupar, uma vez que a sua história é marcada pela ignomínia da escravidão e essa herança é visível para todos. É indispensável que os currículos e livros escolares estejam isentos de qualquer conteúdo racista ou de intolerância, pois isso ratifica a situação de inferioridade de alunos negros e/ou pardos, iludindo-os sobre uma supremacia de raça inexistente. Deve-se oportunizar aos alunos a possibilidade de refletirem sobre as contribuições dos diversos grupos étnicos para a formação da nação e da cultura brasileiras, pois ignorar essas contribuições, ou não lhes dar o devido reconhecimento, é também uma forma de discriminação racial. A superação do racismo ainda presente em nossa sociedade é imperativo e urgente. É uma necessidade moral e uma tarefa política de primeira grandeza. E a educação é um dos terrenos decisivos para que sejamos vitoriosos nesse esforço. MUNANGA, (2005, P.20).

A sociedade precisa movimentar-se através da participação social para alcançar reconhecimento e suas demandas serem pontuadas nas agendas para implementação de políticas públicas afirmativas voltadas a questão de raça.

Segundo HONNETH, (2007, P. 82),

[...] a questão do reconhecimento como central para a compreensão das sociedades contemporâneas, apresenta três etapas de reconhecimento, de modo que a cada negação ou desrespeito a um indivíduo ou coletivo, corresponde uma demanda por reconhecimento que resultará, por fim, no desenvolvimento de uma fase da consciência moral de cada indivíduo e da sociedade como um todo. Não havendo reconhecimento, os conflitos sociais eclodiriam como um grande sentimento de injustiça e pela percepção de que o pacto social formulado em torno da liberdade, da propriedade e da dignidade igual para todos/as não teria sido cumprido em sua totalidade. A busca por reconhecimento evidenciaria que o pacto e as normas

jurídicas e institucionais que inicialmente o assegurariam foram somente o ponto de partida e a chegada não teria se efetivado.

Assim, o reconhecimento surge através da visibilidade. Por isso, é tão importante a ação dos Movimentos Negros, da Semana da Consciência Negra e outros que sinalizam a situação de desigualdade. Portanto, a implantação de uma política pública capaz de atender essas diferenças é questão de Justiça social. Infere-se isso nas palavras de SANTOS, (2006, P. 279), “Temos o direito a sermos iguais quando a diferença nos inferioriza, temos o direito a sermos diferentes quando a igualdade nos descaracteriza”. Assim sendo, urge estudar, pesquisar, confrontar idéias, mover barreiras e identificar a pertinência da igualdade e da diferença para que todos sejam realmente iguais com a justiça social.

A capa da Cartilha do Programa Bolsa Família⁹ do estado de Alagoas mostra um casal negro com dois filhos, sendo uma menina e um menino. Observa-se que são todos negros, isso nos remete a fazer duas inferências. Primeira: apesar de já ser predominante no Brasil a população negra ainda sofre com a desigualdade racial. Segunda: (visibilidade) os governantes enxergam a desigualdade racial, contudo propõe políticas públicas voltadas à classe.

Ao analisar a Cartilha Nacional do Programa Bolsa Família¹⁰ observa-se que a mesma possui 06 (seis) gravuras. A primeira que é a maior mostra uma família composta de 05 (cinco) membros, a pessoa mais velha é do Gênero feminino (Mulher), a qual porta o cartão de pagamento, deixando claro que a mesma é a provedora do lar, ratificando o empoderamento de Gênero; das 05 (cinco) gravuras menores, 04 (quatro) seguem a afirmação positiva do Gênero e apenas uma mostra adolescentes e crianças em atividade recreativa. Contudo, observa-se o recorte de Gênero representado mais explicitamente. A raça está contida implicitamente. Essa inferência só se dá por causa da cor e da raça predominante das ilustrações, ou seja a raça negra e a cor negra ou parda. Assim, subtende-se, que apesar do recorte raça está implícito, há uma interseccionalidade de Raça e Gênero, que deveria ter sido explicitada. Ressalta-se ainda que o Programa é um incentivo aos pais e

⁹ Dados extraídos do sítio eletrônico da ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL. **Cartilha Bolsa Família**. Disponível em: < http://www.assistenciasocial.al.gov.br/programas-projetos/protecao-social-basica-1/Bolsa%20Familia_Cartilha%20A5.pdf/view>. Acesso em: 14 mai. 2014, 11:50:22.

¹⁰ Dados extraídos do sítio eletrônico do MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **Proteção Social Básica**. Disponível em: <http://www.assistenciasocial.al.gov.br/programas-projetos/protecao-social-basica-Bolsa%20Familia_Cartilha%20A5.pdf/view>. Acesso em: 01 mai. 2014, 22:45:15.

responsáveis à educação dos filhos, direito esse garantido por lei. Para receber o recurso do Programa Bolsa Família é necessário atender algumas condicionalidades, que são os compromissos assumidos pelo poder público e pelas famílias beneficiárias nas áreas de saúde e educação. É responsabilidade do poder público garantir acesso a esses serviços, uma vez que eles são direitos sociais assegurados constitucionalmente. Ou seja, o acompanhamento das condicionalidades do Programa busca identificar os motivos que impedem o acesso das famílias aos serviços sociais básicos. Eis os compromissos com a educação

- Crianças e adolescente de 06 a 15 anos devem ser matriculados na escola e ter frequência mínima de 85% das aulas;
- Jovens de 16 a 17 anos devem ser matriculados na escola e ter frequência mínima de 75% das aulas.

As famílias que não cumprem as condicionalidades estão sujeitas a efeitos gradativos, que vão desde a notificação da família, passando pela suspensão do benefício, podendo chegar à exclusão da família do Programa. Essas ações têm dois objetivos principais: fazer com que a família cumpra os compromissos junto ao Programa e, principalmente, permite aos governos identificar os motivos do não-cumprimento das condicionalidades e oferecer apoio e acompanhamento à família para que os problemas que causaram o descumprimento possam ser resolvidos. É importante lembrar que todos os brasileiros têm direito aos serviços de saúde e de educação. Isto está garantido na Constituição Federal. Por esse motivo, as condicionalidades também são responsabilidades do poder público. Isso significa que os governos, nas atribuições das competências, devem oferecer esses serviços com qualidade a todos os cidadãos. Além disso, devem acompanhar o cumprimento das condicionalidades para identificar dificuldades de acesso e para buscar, de forma ativa, as famílias mais vulneráveis socialmente. Para superar a pobreza é preciso transferir renda, garantir o cumprimento das condicionalidades e integrar políticas que permitam que as famílias desenvolvam as potencialidades.

4.2. ESCOLA: REPRODUÇÃO SOCIAL?

A escola é um reflexo da sociedade ou a sociedade é um reflexo da escola?

Quanto mais a sociedade desenvolve habilidades, aptidões e competências, mais adquire conhecimentos, informações com o objetivo de melhorar a classe social, ampliar a cognição, interagir melhor entre os pares, adquirir bens e imóveis, ascender-se profissionalmente e erradicar o preconceito. O lugar comum, onde isso acontece de forma mais padronizada é a Instituição escolar. Portanto, cabe aos professores desenvolver em seus educandos uma consciência crítica, criativa e de reflexão. Dessa forma, vale analisar o poder e a importância da escola na formação de um sujeito crítico, cumpridor de seus deveres e conhecedor de seus direitos, capaz de lutar em prol de sua dignidade, não sendo passivo à opressão sistemática do meio em que está inserido. No entanto, observa-se na escola sinais de preconceito e super valorização da classe dominante.

Segundo APLE, (1999, P. 27), o ser humano pode ser levado a ver a escola como o gerador do problema ou como o problema, em vez de vê-la como um quadro mais amplo de relações sociais que tem na sua estrutura a relação de exploração, por isso, parecem espelhar o que a sociedade precisa e requer, principalmente, em épocas de crise. Dessa forma, se a sociedade é racista a escola corre o risco de ser, pois espelha essa realidade.

A Educação é um processo político e muitas vezes funciona como espelho social, por isso deve trabalhar na construção de um cidadão crítico e questionador e não aceitar o papel de mero molde que ensina os alunos a aceitarem a desigualdade como seres passivos. APPLE, (1999, P. 20 e 31).

Observa-se que no Brasil há um contingente expressivo de analfabetos funcionais, pessoas que conseguem codificar, mas que não interpretam, ou seja, não são letradas. O Indicador de Alfabetismo Funcional (INAF)¹¹ revela os níveis de alfabetismo funcional da população brasileira adulta. Seu principal objetivo é oferecer informações qualificadas sobre as habilidades e práticas de leitura, escrita e matemática dos brasileiros entre 15 e 64 anos de idade, de modo a fomentar o debate público, estimular iniciativas da sociedade civil, subsidiar a formulação de políticas públicas nas áreas de educação e cultura, além de colaborar para o

¹¹ INAF - Indicador de Alfabetismo Funcional revela os níveis de alfabetismo funcional. Dados extraídos do sítio eletrônico INSTITUTO PAULO MONTENEGRO. Indicador Nacional de Alfabetismo Funcional. Disponível em: < http://www.ipm.org.br/ipmb_pagina.php?mpg=4.02.00.00.00&ver=por >. Acesso em: 05 mai. 2014, 05:54:42.

monitoramento do desempenho das mesmas. Dessa forma, pretende-se que a sociedade e os governos possam avaliar a situação da população quanto a um dos principais resultados da educação escolar: a capacidade de acessar e processar informações escritas como ferramenta para enfrentar as demandas cotidianas. O percentual da população alfabetizada funcionalmente foi de 61% em 2001 para 73% em 2011, mas apenas um em cada 4 brasileiros domina plenamente as habilidades de leitura, escrita e matemática. Essa situação é preocupante. Cabe a escola trabalhar a competência leitora dos alunos, de modo a ultrapassar a codificação e decodificação e formar um cidadão letrado.

A despeito das novas concepções de alfabetização e de mudanças nas práticas de ensino da leitura e da escrita com base nas novas perspectivas teóricas, muitos alunos continuaram a concluir o primeiro ano e mesmo o primeiro segmento do Ensino Fundamental sem saber ler e escrever. Resultados de avaliações em larga escala, sejam internacionais (PISA), nacionais (SAEB, Prova Brasil), estaduais ou municipais, têm revelado o baixo desempenho dos nossos alunos em leitura e confirmam o fracasso da escola em ensinar os estudantes a ler.

Algumas medidas têm sido efetivadas tanto em nível nacional, como no âmbito das diferentes secretarias de educação, para tentar superar os problemas relacionados ao aprendizado da leitura, tais como: a ampliação do Ensino Fundamental para 9 anos como forma de garantir que os alunos da rede pública de ensino iniciem o processo formal de alfabetização aos seis anos de idade,

A escola do século XXI não admite reduzir-se a produção de meros repetidores de informação nem ser uma complexa reprodução social excludente, sexista e preconceituosa, por isso ela procura ir além do ensino das letras e das palavras, buscando no aluno a capacidade de ler o mundo antes de ler letras, palavras e texto, pois é essa leitura de mundo associada à capacidade de ler e interpretar textos e a vida que lhe propiciará ser um cidadão. Isso coaduna com as palavras de FREIRE, (1989, P. 9), quando fala que a leitura de mundo precede a leitura da palavra, uma vez que linguagem e realidade se prendem dinamicamente. A compreensão de textos de sua própria realidade implica na percepção das relações entre o texto e contexto. Vale ressaltar que o contexto em análise é de desigualdade e de exclusão. Diante disso, uma escola de qualidade deve ultrapassar os limites de mero espelho social para contribuir na formação de cidadãos

4.3. PERFIL DOS ALUNOS BENEFICIADOS PELO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA DA ESCOLA ESTADUAL TEMÍSTOCLES ROCHA-PARACATU/MG

Conforme o Art. 205, da Constituição da República Federativa do Brasil, a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, a qual deverá ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Quando se fala em exercitar a cidadania, isso ultrapassa a mera alfabetização, porque é garantir ao educando o direito de aprender, uma vez que a educação é um direito público subjetivo, um direito garantido por lei, enfim, um direito ao aprender. As competências necessárias para a construção e o exercício da cidadania têm ênfases diferentes. Por exemplo, a família e a religião são forças muito poderosas, em contrapartida temos o poder da escola na formação da visão de mundo e dos valores de cada criança ou jovem. Assim sendo, a escola não pode ser responsabilizada sozinha por insucessos nessas áreas, mas deve responder majoritariamente pelo eventual fracasso de seus alunos no aprendizado de competências cognitivas.

A escola deve compreender o seu papel libertador e promover a aprendizagem, o despertar do espírito criativo, crítico e reflexivo. Ensinar o que for decente, compreendendo que a desigualdade e o preconceitos devem ser extirpados. Cabe a escola em parceria com a própria sociedade alterar esse quadro, colaborando na construção de um ser humano integral.

A Escola Estadual Temístocles Rocha, município de Paracatu, possui 150 alunos beneficiados pelo Programa Bolsa Família. Dessa forma, salienta-se que o aluno tem o ingresso à Escola garantido por lei, ou seja, à sua matrícula, no entanto, ser matriculado na escola não é garantia de permanência, interação social e aprendizagem. Mais do que ingressar e permanecer na escola, o aluno tem direito a uma aprendizagem significativa.

Ao conversar com alguns profissionais da EE Temístocles Rocha, a fala de todos é unânime em afirmar os grandes benefícios do Programa Bolsa Família na aprendizagem dos alunos. Assim, os professores e a Direção da Escola responderam a seguinte pergunta “Qual é o impacto observado do Programa Bolsa Família na vida escolar dos alunos?” A professora Leile Batista, 35, atua na Escola Estadual Temístocles Rocha desde 2012 e tem alunos beneficiados pelo Programa Bolsa Família, ela relatou que “Os alunos do Bolsa Família que também participam do Projeto Educação em Tempo Integral têm uma frequência superior a 85%, apresentando uma melhora significativa na participação e aprendizagem.” A senhora

Maura Vaz, 42, Diretora da Escola Estadual Temístocles Rocha, a partir de 2013, disse que “a freqüência vem melhorando, o que implica favoravelmente na aprendizagem dos alunos e também na disciplina. Os pais procuram mais a escola, o que não se via nos anos anteriores e estão preocupados com a aprendizagem dos filhos”.

Em relação ao recorte Raça, observa-se que 76% dos alunos dessa escola são afrodescendentes. Tal dado confirma o que está implícito na Cartilha Nacional do Programa Bolsa Família, ou seja, o Programa Bolsa Família tem interseccionalidade de raça implícita. Contudo, por ser implícito esse recorte de raça, o Programa tem uma conotação apenas de classe inferida nas ilustrações e no número expressivo de famílias negras e pardas beneficiadas pelo Programa.

Observa-se que quanto maior a freqüência, melhor a aprendizagem, uma vez que o aprender acontece quando há participação ativa dos alunos associada ao comprometimento dos pais ou responsáveis, com a conseqüente redução do índice de evasão e repetência escolar.

4.4. PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA COMO FATOR DE MELHORAMENTO DA APRENDIZAGEM

Em relação à aprendizagem dos alunos, independente do recorte raça, observa-se as particularidades de tempo e modo de aprender que é individual e particular de cada ser humano. No entanto, fala-se muito na escola sobre o “fracasso escolar”. Segundo MARCHESI e GIL, (2004, P. 17),

“ O termo “fracasso escolar” já é inicialmente discutível. Em primeiro lugar, porque transmite a idéia de que o aluno “fracassado” não progrediu praticamente nada durante seus anos escolares, nem no âmbito de seus conhecimentos nem do seu desenvolvimento pessoal e social, o que não corresponde em absoluto à realidade. Em segundo, porque oferece uma visão negativa do aluno, o que afeta a sua autoestima e sua confiança para melhorar o mundo”.

De fato, quando fala-se em fracasso escolar remetemos à repetência, dificuldade de aprendizagem e evasão escolar. Tais alunos ficam com a autoestima baixa e geralmente são indisciplinados, pois querem ser enxergados. Como não são vistos pelo desempenho positivo e pela facilidade em aprender, chamam a atenção pela indisciplinada.

Segundo MARCHESI e GIL (2004, P. 19 e 20), “os níveis e indicadores para compreender o fracasso escolar em relação ao nível (Sociedade e Família) são os seguintes: Indicadores -

contexto econômico e social, nível sociocultural, dedicação e expectativas”, o que confirma a necessidade de uma política pública eficaz que atenda as peculiaridades e especificidades dessa demanda. Partindo desse princípio, a Política Pública Programa Bolsa Família atende implicitamente e também explicitamente no que tange ao melhoramento da aprendizagem dos alunos. Uma vez que o poder aquisitivo reflete diretamente no desenvolvimento de habilidades e competências dos alunos. Conforme MARCHESI e GIL, (2004, P. 79), “Os recursos que a família dispõe têm idêntica relação de sentido com o desenvolvimento da linguagem: as crianças que procedem de famílias com mais recursos educacionais e com nível socioeconômico alto se sobressaem das demais”. Ou seja, quanto maior o poder aquisitivo da pessoa, melhor o seu letramento.

Contudo, é importante salientar que a escola precisa ser inclusiva de forma a atender todos os alunos. Nesse sentido, AINSCOW, (2004, P. 234 e 235) afirma que,

Do ponto de vista educacional, uma escola inclusiva é aquela em que se leva em conta o ensino e a aprendizagem, as realizações, as atitudes e o bem-estar de todos os jovens. As escolas eficazes são as escolas inclusivas do ponto de vista educacional. Isto se reflete não apenas no rendimento, como também em seus valores e atitudes, assim como em sua vontade de oferecer novas oportunidades aos alunos que tenham podido experimentar dificuldades prévias. As escolas mais eficazes não são as que dão por certa a inclusão educacional. São as que controlam e avaliam constantemente o progresso dos alunos. Identificam os estudantes que podem ser excluídos, os que são difíceis de atrair ou os que se sentem afastados de alguma forma do que a escola pretende lhes proporcionar.

A escola sendo inclusiva vê o aluno como um todo e também especificamente e avaliam continuamente a progressão dos mesmos em relação aos conteúdos e também na formação de cidadão. Ao identificar os alunos que poderão ser excluídos, a escola cria estratégias para evitar esse abandono. Entretanto, vale ponderar que a escola sozinha não consegue reverter a situação de exclusão e de fracasso escolar, precisando assim da intervenção direta de uma política pública, que dê aos responsáveis pelos alunos a condição financeira para o aluno ingressar na escola, permanecer, participar e aprender.

A pesquisa em tela analisa a aprendizagem dos alunos da Escola Estadual Temístocles Rocha, município de Paracatu com foco nos beneficiários do Programa Bolsa Família, ressaltando o recorte raça.

Os dados a seguir referem-se a avaliação sistêmica de âmbito nacional (Prova Brasil) e ao Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública, tais dados foram retirados do sítio

eletrônico do SIMAVE¹². O IDEB dessa Escola em 2007 foi 4,5 pontos; em 2009, 5,9 pontos e em 2011, 5,4 pontos. Pontua-se que no ano de 2007, a porcentagem ficou inferior a 50%, o que mostra a necessidade de uma intervenção pedagógica mais específica. Salienta-se também que havia cerca de 29,8% de alunos beneficiados pelo Programa. Em 2009, o número de alunos beneficiados pelo Programa Bolsa Família sobe para 36,4% e nesse ano o IDEB é de 5,9 pontos. Houve uma elevação no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica nesse período que mostra que a aprendizagem dos alunos do 5º ano melhorou cerca de 1,4 pontos, o que sai da margem de erro, portanto o crescimento foi real. Contudo, em 2011, o resultado do IDEB foi 5,4 pontos, inferior ao ano de 2009 e superior ao ano de 2011. Entretanto, isso não configura uma queda. Quanto à pontuação do IDEB em 2013, o resultado não foi divulgado. Infere-se que a partir do momento que a renda percapta familiar sobe isso reflete diretamente no processo de aprender dos alunos.

A senhora Vânia Tavares, 34, Analista Educacional da Superintendência Regional de Ensino de Paracatu e Coordenadora Regional do Projeto Educação em Tempo Integral e SIMAVE ressaltou a importância do Programa Bolsa Família.

A aprendizagem melhorou bastante, apesar dos problemas pontuais existentes como corrupção e desvio do recurso pelos pais. Observa-se que a partir do momento que os pais são obrigados a garantir a frequência dos alunos, a escola tem condições de reinventar a prática pedagógica estimulando a participação e aprendizagem dos alunos através de intervenções pedagógicas mais efetivas e pontuais. Assim sendo, o Programa Bolsa Família garante o recurso financeiro, a família a frequência e a escola o trabalho conjunto voltado ao aprender. Pontua-se, inclusive, que o número de evasão escolar e repetência diminuíram. O IDEB vem crescendo e a proficiência do SIMAVE também. O que prova que o trabalho conjunto desses agentes está sendo eficaz. É um programa muito bom, pena que tem famílias que ainda não são beneficiadas pelo mesmo.

Em relação ao resultado do SIMAVE - Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Básica/PROALFA – Programa de Avaliação da Alfabetização, a análise de proficiência foi feita dos anos (2011, 2012 e 2013) e foram avaliados os alunos do 3º ano do Ensino fundamental em Língua Portuguesa. Em 2011, a proficiência da escola foi de 541,5 pontos, a escola ficou no nível recomendável, que significa que mais 95% de sua demanda sabe ler e

¹² Dados extraídos do sítio eletrônico da SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS. Ideb por escola. Disponível em: <http://www.educacao.mg.gov.br/cidadao/ideb?school_name=escola+estadual+temistocles+rocha&view=score&id=31108821>. Acesso em: 20 mai. 2014, 12:49:05. Simave/ Proalfa. Disponível em: <<http://www.simave.caedufjf.net/proalfa/resultados-antiores/resultadosescala/>>. Acesso em: 13 mai. 2014, 00:35:17.

escrever textos curtos com fluência. Desse percentual, 66,5% dos alunos avaliados são negros e/ou pardos. Em 2012, a proficiência caiu para 498,4 pontos e a escola ficou posicionada no nível recomendável e o percentual de alunos negros e/ou pardos avaliados foi de 68,3%. e o percentual de alunos brancos avaliados foi de 31,7%. Em 2013, a escola adquiriu uma proficiência de 564,4 pontos, voltando a ficar no nível recomendável e o número de alunos negros e/ou pardos continua sendo maior do que o de alunos branco. Ressalta-se que em relação ao resultado do PROALFA em 2012 houve uma queda na proficiência, no entanto, a escola conseguiu superar e desenvolver as competências leitoras em seu alunado. Ressalta-se que essa avaliação sistêmica é aplicada anualmente e o seu resultado é usado para média de cálculo para recebimento do Prêmio por Produtividade pago aos servidores da Rede Estadual de Ensino de Minas Gerais. Observa-se que o número de evasão e repetência diminuíram, o que podemos inferir disso é que a medida que os pais e/ou responsáveis têm condições financeiras de arcar com as despesas familiares através do recurso do Programa Bolsa Família, elas também têm a responsabilidade de encaminhar os filhos ao ambiente escolar e zelar pela frequência dos mesmos. Em contrapartida, o aluno acaba participando do trabalho realizado pelos professores que estão intervindo pedagogicamente no desenvolvimento da aprendizagem de sua turma. Contudo, ressalta-se que não há nenhum trabalho efetivo em relação a questão de raça, o que foi observado que algumas ações ficam restritas à semana de Consciência Negra¹³ no mês de novembro.

O PROEB - Programa de Avaliação da Rede Pública de Educação Básica integra o SIMAVE e tem por objetivo avaliar as escolas da rede pública, no que concerne às habilidades e competências desenvolvidas em Língua Portuguesa e Matemática. Não se trata, portanto de avaliar individualmente o aluno, o professor ou o especialista. O PROEB avalia alunos que se encontram no 5º ano e 9º ano do Ensino Fundamental e 3º ano do Ensino Médio. Contudo a Escola Estadual Temístocles Rocha possui apenas os resultados do 5º ano que é o ano de escolaridade avaliado. Isso se deve porque a Escola Estadual Temístocles Rocha implantou os anos finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano) a partir de 2012, portanto só terá turma de 9º ano para ser avaliada em 2015. A análise de proficiência foi feita dos anos de 2010, 2011 e 2012. Abaixo, análise comparativa:

¹³ O Dia Nacional da Consciência Negra¹ é celebrado em 20 de novembro no Brasil e é dedicado à reflexão sobre a inserção do negro na sociedade brasileira. A semana dentro da qual está esse dia recebe o nome de Semana da Consciência Negra. A data foi escolhida por coincidir com o dia da morte de Zumbi dos Palmares, em 1695. O Dia da Consciência Negra procura ser uma data para se lembrar da resistência do negro à escravidão de forma geral, desde o primeiro transporte de africanos para o solo brasileiro (1549).

Quanto a análise de Língua Portuguesa, anos 2010, 2011 e 2012, as proficiências foram respectivamente 217,1; 214,4 e 217,6 pontos, os quais posicionaram a escola no nível intermediário. Em Matemática foi: 235,1; 232,9 e 237,1 pontos, sendo posicionada em 2010 no nível intermediário e 2011 e 2012 no nível recomendável. Apesar da variação existente nesse período de 03 anos de avaliação sistêmica anual a porcentagem foi em média de 2,2 % a 4,1%, ou seja o resultado ficou estacionado. E novamente observa-se que o número de alunos da raça negra e/ou parda é superior ao da raça branca. Isso significa que o nível de aprendizagem dos alunos como um todo está melhorando, em especial, aos da raça negra que é o foco desta pesquisa.

Através da análise comparativa feita, observa-se que o Programa Bolsa Família está sendo favorável ao melhoramento da aprendizagem da escolaização. Todavia, o Programa seria mais efetivo se contemplasse o recorte raça mais especificamente, como é o caso do Gênero. Ao discutir a questão de gênero constata-se uma explicitação do fortalecimento da mulher como gestora do recurso financeiro. Enquanto que para a raça negra, esse empoderamento não é contemplado, restando-nos apenas fazer inferências através das ilustrações e nos dados do Censo Demográfico, o qual sinaliza que a população negra é maioria. Tendo em vista esses dados, o Programa Bolsa Família contempla o recorte de classe. Assim, o próprio contexto histórico vivenciado pelo negro, tais como o de exclusão, marginalização, baixa escolaridade, fome, miséria não foram abarcados nessa política.

5. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Através da pesquisa realizada sobre o Programa Bolsa Família conclui-se que é uma política pública grandiosa, uma vez que as ações desenvolvidas são amplas e muito diversificadas incluindo por exemplo, atividades de geração de trabalho e renda, capacitação profissional, microcrédito, ampliação e melhoria da escolaridade, garantia de direitos sociais, acesso e melhoria das condições habitacionais e desenvolvimento local das regiões mais pobres. Ou seja, propicia aos cidadãos que estão vivendo em extrema pobreza saírem da margem da sociedade em que vivem.

Os dados apresentados nesta pesquisa mostram que o Brasil está reduzindo a pobreza, em especial, a pobreza mais extrema e que o Programa Bolsa Família é um dos principais responsáveis por estes resultados. Nesse sentido, menciona-se que o Programa efetivamente chega aos mais pobres, àqueles que atendem aos critérios definidos em lei e têm direito à transferência de renda, o que confirma o seu recorte de classe. Entretanto, comprovou-se que o mesmo tem contribuído para reduzir a evasão escolar, aumentar a frequência à escola, ampliar a participação dos alunos e melhorar a aprendizagem dos mesmos.

Vale lembrar que a Educação propicia ao ser humano o desenvolvimento como cidadão. Segundo APPPLE, (1989, P. 13), a educação possibilita a leitura de nossa formação social de forma criativa, ou seja, propicia perceber que a desigualdade é cultural e assim não aceitá-la como normalidade, eliminando dessa forma as práticas excludentes em relação à raça.

Contudo, apesar da identificação de que o Programa Bolsa Família melhorou a situação dos que viviam em extrema pobreza e de seus inúmeros benefícios, observou-se que o mesmo não atende as demandas de raça, ficando mais evidente o recorte de gênero através do empoderamento das mulheres e o recorte de classe, não contemplando explicitamente as especificidades de raça. Portanto, para essa política pública ser mais efetiva e atender a demanda racial são necessários dispositivos mais efetivos que elenquem ações e condicionalidades.

Baseando-se nisso, observa-se que esta pesquisa apenas iniciou, sinalizando assim uma visão básica, superficial e primária do Programa Bolsa Família e o seu impacto na educação como sinônimo de aprendizagem significativa, a qual exige um estudo mais amplo, aprofundado, sistemático e com indicadores mais pontuais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AINSCOW, M. (1998). **Educação para todos: torná-la uma realidade**. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, 2004.

APPLE, Michael W. **Educação e Poder**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

BERNARDINO, Joaze. **Ação afirmativa e a rediscussão do mito da democracia racial no Brasil**. Rio de Janeiro: Estudos Afro-Asiáticos, Ano 24, nº 2, 2002.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa Brasileira**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **O que é Participação Política**. Brasília, DF: Ed.Brasiliense. 1984.

DEMO, Pedro. **Pesquisa e construção de conhecimento**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da Liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia- Saberes Necessários à Prática Educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GOULART, Iris Barbosa. **Psicologia da educação- Fundamentos teóricos e aplicações à prática pedagógica**. Petrópolis,RJ: Vozes, 1995.

HONNETH, Axel. **Reconhecimento ou redistribuição? A mudança de perspectivas na ordem moral da sociedade**. In: SOUZA, Jessé & MATTOS, Patrícia (orgs.). *Teoria Crítica no século XXI*. São Paulo: Anablume, 2007. p. 79-93.

KABENGELE MUNANGA; BRASIL. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Superando o racismo na escola**. 2ª ed. rev. Brasília: Ministério da Educação, 2005.

MARCHESI. Álvaro e HERNÁNDEZ GIL, Carlos. Fracasso **Escolar: uma perspectiva multicultural**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MÉNDEZ, Juan Manuel Álvarez. **Avaliar para conhecer, examinar para excluir**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2002.

SANTOS, Boaventura Sousa. **A construção intercultural da igualdade e da diferença**. In: _____. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. São Paulo: Cortez Editora, 2006.

SILVA, Edna Lúcia da. . **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2001.

ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL. **Cartilha Bolsa Família**. Disponível em: < http://www.assistenciasocial.al.gov.br/programas-projetos/protecao-social-basica-1/Bolsa%20Familia_Cartilha%20A5.pdf/view>. Acesso em: 14 mai. 2014, 11:50:22.

ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL. **Cartilha Bolsa Família**. Disponível em: < http://www.assistenciasocial.al.gov.br/programas-projetos/protecao-social-basica-1/Bolsa%20Familia_Cartilha%20A5.pdf/view>. Acesso em: 14 mai. 2014, 14:50:22.

CASTRO, Mary Garcia. **Gênero e Raça: Desafios à Escola**. Disponível em: < <http://www.educacao.salvador.ba.gov.br/documentos/genero-raca.pdf> Gênero >. Acesso em: 14 de março de 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Indicadores**. Disponível em: < http://www.ibge.gov.br/home/mapa_site/mapa_site.php#populacao >. Acesso em :26 mar. 2014, 12:34:54.

INSTITUTO PAULO MONTENEGRO. **Indicador Nacional de Alfabetismo Funcional**. Disponível em: < http://www.ipm.org.br/ipmb_pagina.php?mpg=4.02.00.00.00&ver=por >. Acesso em: 05 mai. 2014, 05:54:42.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **Bolsa Família**. Disponível em:< <http://www.mds.gov.br>>. Acesso em: 24 mai. 2014, 08:33:30.

MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **Proteção Social Básica**. Disponível em: <[http://www.assistenciasocial.al.gov.br/programas-projetos/protecao-social-basica- Bolsa%20 Familia_Cartilha%20A5.pdf/view](http://www.assistenciasocial.al.gov.br/programas-projetos/protecao-social-basica-Bolsa%20Familia_Cartilha%20A5.pdf/view)>. Acesso em: 01 mai. 2014, 22:45:15.

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS. **Ideb por escola**. Disponível em:<<http://www.educacao.mg.gov.br/cidadao/ideb?school-name=escola+estadual+temistocles+rocha&view=score&id=31108821>>. Acesso em: 20 mai. 2014, 12:49:05.

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS. **Simave/ Proalfa**. Disponível em: < <http://www.simave.caedufjf.net/proalfa/resultados-antteriores/resultadosescala/> >. Acesso em: 13 mai. 2014, 00:35:17.

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS. **Simave /Proeb**. Disponível em: < <http://www.simave.caedufjf.net/proeb/resultados-antteriores/resultadosescala/> >. Acesso em: 13 mai. 2014, 00:35:17.

SEGATO, Rita Laura. **Antropologia e Direitos Humanos: alteridade e ética no movimento de expansão dos direitos universais**. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-93132006000100008&script=sci_arttext > . Acesso em: 15 mar.2014, 15:23:45.